TERMO DE CONVÊNIO IFC/ PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE E DE OUTRO LADO, A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO VISANDO À REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE, doravante denominado simplesmente IFC, sediado na Rua das Missões, 100 – Ponta Aguda, Blumenau-SC, CEP 89051-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.635.424/0001-86, representado neste ato pelo seu Reitor Prof. FRANCISCO JOSE MONTORIO SOBRAL, CPF nº 705.363.769-72, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Nereu Ramos, 861, Centro, Sombrio - SC, CEP: 88.960-000 inscrita sob CNPJ nº. 82.963.216/0001-17, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. JOSÉ ANTONIO TISCOSKI DA SILVA, CPF 580.087.999-00, resolvem celebrar o presente convênio, que será regido pela Lei n.º 11.788, de 25/09/08, pela Orientação Normativa nº 07, de 30/10/08 e pela Resolução nº 009/CUN/98, de 30/09/98, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, DA CLASSIFICAÇÃO E DAS RELAÇÕES DE ESTÁGIO

1.1. O objeto do presente convênio é regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de Ensino Médio e de Graduação do IFC, nas dependências da CONCEDENTE.

1.2. Para os fins deste convênio, entende-se como estágio as atividades proporcionadas ao aluno de ensino médio e de graduação com matrícula e frequência regulares pela participação em situações reais de vida e de trabalho ligadas a sua área de formação no IFC, devendo estar previsto no projeto pedagógico do curso.

1.3. O estágio, tanto obrigatório quanto não obrigatório, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO IFC

Compete ao IFC:

2.1. Celebrar, através da Coordenadoria de Estágios/Coordenadoria de Graduação dos Cursos, termo de compromisso de estágio com a parte CONCEDENTE e o aluno.

2.2. Avaliar as instalações da parte CONCEDENTE e a sua adequação à formação cultural e profissional do aluno.
2.3. Indicar um professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estágiário.
2.4. Exigir do concedente, em prazo não superior a um semestre acadêmico, relatório de atividades conforme estabelecido no termo de compromisso e nas normas do curso. O relatório deve ser entregue pelo aluno ao coordenador de estágios do curso devidamente assinado pelas partes envolvidas.
2.5. Disponibilizar à CONCEDENTE, no início de cada período letivo, através do site do IFC, o calendário acadêmico.
2.6. Comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas, podendo o estágiário apresentar referidas informações na hipótese de alteração das agendadas.
2.7. Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso de estágio, reorientando o estágiário para outro local em caso de descumprimento de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Compete à CONCEDENTE:

3.1. Conceder estágios ao corpo discente do IFC, observadas a legislação vigente e as disposições deste convênio.

3.2. Comunicar ao IFC o número de vagas de estágio disponíveis por curso/área de formação, para a devida divulgação e encaminhamento de alunos.

3.3. Seleccionar os estagiários dentre os alunos encaminhados pelo IFC.

3.4. Celebrar termo de compromisso de estágio com o IFC e com o aluno, zelando pelo seu cumprimento.

3.5. Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao aluno atividades de aprendizagem social, profissional e cultural.

3.6. Indicar um funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estágiário, para orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelo estágiário.

3.7. Efetuar, mensalmente, o pagamento do seguro contra acidentes pessoais para o aluno em estágio obrigatório e não obrigatório, cuja apólice seja compatível com os valores de mercado. Podendo, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino no caso de estágio obrigatório.

3.8. Conceder bolsa e auxílio-transporte para o aluno em estágio não obrigatório, cujo valor será fixado no TCE.

3.9. Assegurar ao estágiário, sempre que o estágio tenha a duração igual ou superior a 1 (um) ano, o período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente no período de férias escolares.

3.10. Conceder ao estágiário, no caso de estágio remunerado, durante o recesso escolar a que se refere o item 3.9, o valor correspondente à bolsa de maneira integral.
3.11. Assegurar que o estagiário encaminhe o relatório de atividades definido no item 2.4, devidamente assinado, ao coordenador de estágios do curso, ao final de cada semestre letivo, com vista do estagiário.

3.12. Encaminhar, por ocasião do desligamento do estagiário, o termo de realização de estágio ao coordenador de estágio/de graduação do curso, com a indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

3.13. Informar ao IFC sobre a frequência e o desempenho dos estagiários, observadas as exigências de cada curso, quando for o caso.

3.14. Indicar ao IFC, para ser substituído, o estagiário que, por motivo de natureza técnica, administrativa ou disciplinar, não for considerado apto a continuar suas atividades de estágio.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A CONCEDENTE poderá conceder bolsa e auxílio transporte a que se refere o item 3.8 para o aluno em estágio obrigatório, cujo valor será fixado no TCE.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Os dias de recesso a que se refere o item 3.10 serão concedidos de maneira proporcional, no caso de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza qualquer vínculo empregatício do estagiário com a CONCEDENTE.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo a sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CLÁUSULA QUARTA - DO TERMO DE COMPROMISSO E DO PROGRAMA DE ATIVIDADES

4.1. Em decorrência do presente Convênio, firmar-se-á para cada estagiário os seguintes documentos:

4.1.1. Termo de Compromisso de Estágio (TCE), entre o aluno ou com seu representante ou assistente legal, a CONCEDENTE e o IFC, através do coordenador de estágio/do curso de graduação;

4.1.2. Programa de Atividades de Estágio (PAE), elaborado em comum acordo com o IFC, através do coordenador de estágio/do curso de graduação, a CONCEDENTE e o aluno.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O TCE deverá contemplar as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar/acadêmica do aluno e ao horário e calendário escolar/acadêmico.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - As atividades a serem desenvolvidas devem permitir a aprendizagem profissional, social e cultural do estagiário e serem compatíveis com as disciplinas cursadas ou que vierem a ser cursadas pelo aluno.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - À medida que o desempenho do aluno for avaliado progressivamente, o PAE será incorporado ao TCE por meio de aditivos.
SUBCLÁUSULA QUARTA - O TCE e o PAE são os documentos que comprovam a inexistência de vínculo empregatício, mediante o atendimento das condições básicas para a realização de estágio.

CLÁUSULA QUINTA - DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO E DA JORNADA DE ATIVIDADE

5.1. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder a 2 (dois) anos, contados a partir da data de início da vigência do termo de compromisso de estágio, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

5.2. Os estágios terão a carga horária semanal de atividades e a duração explicitadas no TCE e no Plano de Atividades de Estágio (PAE), observado o disposto nos Regulamentos dos Cursos/Áreas e no artigo 10 da Lei 11.788/08.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

O presente termo de convênio poderá ser alterado mediante formalização de termos aditivos, os quais passarão a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente convênio vigorará por 5 anos, podendo ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso com antecedência mínima de (30) trinta dias, por inadimplência de suas cláusulas e demais situações previstas em lei.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Blumenau, SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste Instrumento.

Por assim estarem de acordo, firmam as partes este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Blumenau, 10 de abril de 2012.

Prof. Francisco Jose Montorio Sobral
Reitor do IFC
Sr. José Antonio Tiscoski Da Silva
Prefeito

1ª. Testemunha (da Concedente):
Nome: Juliane
CPF nº: 341.620.209-06

2ª. Testemunha (do IFC):
Nome: Aline Louise de Oliveira
CPF nº: 041.791.829-12

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

<table>
<thead>
<tr>
<th>Código:</th>
<th>Denominação:</th>
</tr>
</thead>
</table>